

Governo dos Açores quer alargar a todos os concelhos programa “Novos Idosos” e actualizar o Compamid

O Governo dos Açores, segundo o seu programa, compromete-se a alargar a todos os concelhos dos Açores o programa “Novos Idosos” e o “Nascer Mais” (apoio aos recém-nascidos com 1500 euros).

Outro compromisso é a actualização do valor do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos, o Compamid, alargando-o à pessoa com deficiência.

O Governo de Bolieiro pretende, ainda, prosseguir com a actualização acima da inflação do Complemento Regional de Pensão e actualizar o complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens, das diárias dos doentes deslocados e seus acompanhantes, o mesmo acontecendo no complemento especial para doentes oncológicos.

O Governo diz que vai apresentar uma anteproposta de lei para antecipar a idade da reforma dos açorianos, aumentar o número de creches e mini-creches.

Reduzir a taxa de abandono escolar

O Governo dos Açores quer reduzir a taxa de abandono precoce de educação e da formação para valores “não superiores a 15% em 2028”, além de continuar a apoiar a Universidade, de acordo com o programa do Executivo.

“Reduzir a taxa de abandono precoce de educação e da formação para valores não superiores a 15% em 2028, nomeadamente através da elaboração de um plano integrado de combate ao abandono precoce da educação e da formação”, é um dos objectivos do novo Executivo da coligação PSD/CDS-PP/PPM liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro.

Segundo o Programa do Governo, para o Executivo açoriano a educação é o “maior a tivo”.

“É com educação, formação e qualificação que poderemos aceder ao elevador social e deixarmos de estar limitados pelo contexto e realidade que nos rodeia”, lê-se.

O novo Executivo também propõe, entre outros pontos, incrementar a literacia digital dos alunos e continuar a desenvolver o “Programa Regional de Prevenção e Combate ao Bullying e Cyberbullying”.

Ensino bilingue

Implementar o ensino bilingue em Inglês a partir do 1.º Ciclo do Ensino Básico e continuar a investir no projeto “AaZ – Ler melhor, saber mais” (1.º CEB) e proceder a uma revisão curricular do ensino básico, que introduza a leccionação de História, Geografia e Cultura dos Açores e de Cidadania, são outras das muitas propostas para o sector.

O Governo dos Açores quer também continuar a investir em recursos humanos técnicos especializados para responder a alunos com necessidades específicas de aprendizagem e



no processo de dignificação do pessoal docente e não docente e proceder à revisão do regulamento de concursos do pessoal docente.

Apoio à Universidade

O Executivo reconhece ainda que a Universidade dos Açores tem interesse regional, importância nacional e projecção internacional e “importa continuar a exigir ao Estado o cumprimento dos compromissos e garantir todo o apoio para a sua existência”, enquanto a Região “continuará a comprometer-se com a actualização constante dos apoios que atingiram um recorde histórico nos últimos três anos”.

Reforçar incentivo à Cultura

Na Cultura, “torna-se fundamental reforçar o incentivo e aumento das políticas culturais, reposicionando o conceito de cultura como um dos eixos centrais das opções e das políticas regionais”, indica do Executivo.

“A vitalidade de todas as colectividades, associações e instituições de cariz cultural da Região confere, só por si, uma incontestável riqueza patrimonial, social e cultural, que urge revalorizar, de modo a avocar um papel de dinamização económica, mas acima de tudo de coesão social e territorial”, lê-se no documento.

Comemorar os 600 anos dos Açores

O Executivo propõe-se constituir uma Comissão para a comemoração dos 600 anos da descoberta do arquipélago, a implementar o programa “Rede de Leitura Açores”, a estender e consolidar a rede regional de museus e de colecções visitáveis.

Além disso, tenciona valorizar o património cultural imaterial, “dando continuidade à sinalização e inscrição de manifestações do património cultural imaterial regional no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI), nomeadamente os projectos em curso das candidaturas: dos Saberes e Práticas de Tocar a(s) Viola(s) da Terra, As Cantigas ao Desafio nos Açores, Romeiros e Romarias na ilha de São Miguel, e a Procissão dos Terceiros da Ribeira Grande, entre outros”.

São ainda intenções do novo Governo açoriano, promover os Sítios Património Mundial da UNESCO e as infraestruturas museológicas existentes na região.

Agricultura: pilar da economia

O Programa do XIV Governo dos Açores reconhece a agricultura como sendo um “pilar seguro e estável” da economia e na nova legislatura continuará a dar prioridade ao sector com investigação, inovação e competitividade.

“O sector primário precisa e merece continuar no trajecto positivo. Com investigação, com inovação, com competitividade. A agricultura tem nos Açores uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão regional, que marca a identidade e a genuinidade de cada uma das nossas ilhas e das suas gentes. É ainda um pilar seguro e estável da nossa economia”, lê-se no documento.

O Governo Regional propõe-se a continuar “com o fim dos rateios no POSEI – Açores” e, no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), proceder à “reposição dos valores das ajudas às zonas com condicionantes naturais ou específicas”, bem como prosseguir a estratégia para “o aumento sustentado do rendimento dos agricultores” e o acesso dos jovens à economia rural. Manter o foco na requalificação das explorações agrícolas, “com especial destaque para a produção de leite e de carne em pastoreio, com recurso à excelência da produção forrageira de pastagens”, e prosseguir com “uma forte aposta na investigação e na inovação, centrada no desempenho científico da Universidade dos Açores e estabelecer uma articulação de diálogo entre o Governo Regional e os produtores de alimentos e academia”, são outras das iniciativas.

Médico de família para todos até 2026

O Governo Regional quer ainda assegurar a cobertura integral de médico de família até 2026 e criar um programa de recuperação de listas de espera para consultas de especialidade e exames.

No Programa do Governo, o Executivo compromete-se a “assegurar a cobertura integral da população com médico de família até 2026, dando especial atenção às três ilhas com cobertura inferior a 85%”, embora sem indicar onde isso acontece, e a “disponibilizar nessas ilhas, consultas de acessibilidade priorizando grupos específicos: crianças, grávidas e idosos”.

Recuperar listas de espera

Uma das propostas do novo Governo é a criação de um programa de “recuperação de listas de espera para consultas de especialidade e de recuperação de exames e consultas hospitalares, à semelhança do que já existe para as cirurgias”, após a ultrapassagem do tempo máximo de resposta garantido (TMRG), estando prevista, em simultâneo, a implementação de “medidas para o aumento da produtividade dos serviços públicos nos tempos normais de actividade e sua

avaliação permanente”.

O Executivo quer também “aumentar a articulação com o sector privado e social”, para combater as listas de espera, propondo “actualizar os valores da tabela de convenções do Serviço Regional de Saúde”.

Cheque Saúde

Pretende ainda implementar “o Cheque Saúde a nível dos cuidados de saúde primários para as consultas de especialidade e exames complementares de diagnóstico”, que será emitido pelas unidades de saúde de ilha, “até 30 dias após ter sido atingido o TMRG”.

O Programa do Governo prevê igualmente a criação de uma “lista de espera única e centralizada a nível de cada Unidade de Saúde de Ilha e da Região, para uma boa gestão do TMRG e emissão do Vale de Saúde”, e a criação da Entidade Gestora do Doente em espera, para “garantir o cumprimento do TMRG” e “fazer o devido encaminhamento do utente sempre que este seja ultrapassado”.

No documento é também apontada a necessidade de se “rever o modelo de financiamento dos hospitais e do restante Serviço Regional de Saúde, reduzindo a sua suborçamentação crónica” e de “actualizar, tendo em conta a inflação e o custo de vida, o valor das diárias dos doentes deslocados e seus acompanhantes”.

Enfermeiro de família e m todas as ilhas

Por outro lado, é previsto o alargamento do “enfermeiro de família” a todas as ilhas, a aposta na hospitalização domiciliária e a melhoria do atendimento telefónico aos utentes, “atribuindo-lhe novas responsabilidades com vista a evitar deslocações desnecessárias às estruturas hospitalares”.

O Governo Regional compromete-se também a “prosseguir o processo de valorização das carreiras” na Saúde, a “melhorar a atribuição de incentivos à captação e fixação de profissionais” e a integrar na função pública os trabalhadores contratados durante a pandemia de covid-19.

No âmbito da Protecção Civil, o novo Governo açoriano propõe a criação de um Centro Coordenador de Operações e a revisão estrutural do serviço regional, com a definição de três áreas: “emergência médica pré-hospitalar, socorro e planeamento”.

O Governo Regional compromete-se ainda a “valorizar a carreira de bombeiro, através da revisão da tabela salarial e melhoria das condições de trabalho” e a criar “equipas de intervenção permanente nos Corpos de Bombeiros da Região”.

Quer também criar equipas de emergência e catástrofe e dotar o serviço regional de Protecção Civil da “responsabilidade da regulação médica de todas as evacuações marítimas”.